

PODER

Apuração sobre vazamentos

Mendonça atende defesa de Vercaro e determina que Polícia Federal investigue divulgação de dados sigilosos do dono do Master

» RAPHAEL PATI

O ministro André Mendonça, do Supremo Tribunal Federal (STF), determinou que a Polícia Federal instaure inquérito para investigar o vazamento de dados sigilosos do celular do banqueiro Daniel Vercaro, alvo da Operação Compliance Zero por fraude bancária e venda de títulos fraudulentos. A ordem atende a pedido da defesa do empresário.

Os dados vazados incluem conversas íntimas de Vercaro com a então namorada, Martha Graeff, e citam autoridades dos Três Poderes, como parlamentares, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva e ministros do próprio STF, caso de Alexandre de Moraes (leia reportagem na página 4).

Os milhares de arquivos fazem parte da investigação da Polícia Federal e foram compartilhados com a CPMI do INSS. De acordo com a defesa do ex-banqueiro, as mensagens foram divulgadas por veículos de imprensa antes de os advogados terem acesso ao material completo.

Segundo Mendonça, “o tratamento das informações” armazenadas pela comissão deve observar “rigorosamente as garantias fundamentais, inclusive quanto à preservação da intimidade e à cadeia de custódia da prova”. Ele também sustenta que, mesmo com a quebra de sigilo de dados de Vercaro, isso não autoriza o “seu desvelamento”, e, sim, que as informações sigam com acesso restrito.

Mendonça enfatizou que o inquérito deve encontrar os responsáveis pelo vazamento de dados, e não integrantes da imprensa, “que, no legítimo exercício da

Rosinei Coutinho/STF



O ministro André Mendonça enfatizou que o tratamento das informações deve observar “rigorosamente as garantias fundamentais”

fundamental profissão jornalística, obtiveram o acesso indireto às informações que, pela sua natureza íntima, não deveriam ter sido publicizadas”.

No relato apresentado ao STF, a defesa de Vercaro alega que o HD com os dados extraídos dos celulares do dono do Banco Master foi lacrado imediatamente após a entrega aos advogados, em procedimento que ocorreu na presença da autoridade policial

responsável pelo caso e da própria defesa do investigado, com o objetivo de garantir a preservação do sigilo das informações. Os mesmos advogados endossam a hipótese de correlação entre o compartilhamento do material com a CPMI do INSS, no Congresso Nacional, e o vazamento dos dados, que teria ocorrido logo após o repasse dessas informações.

Ainda no mesmo documento enviado à Corte, a defesa ressaltou que

parte das mensagens vazadas teria conversas de caráter pessoal, além de envolver terceiros que não teriam relação com os fatos investigados.

Em nota ontem à noite, a Polícia Federal sustentou que segue “rigorosos padrões de segurança” no tratamento das informações utilizadas em suas investigações. Além disso, a corporação afirmou que trabalha pela “preservação e garantia dos direitos fundamentais, incluindo o respeito à

privacidade e à intimidade”.

Ainda segundo a PF, nenhum relatório, informação de polícia judiciária ou representação apresentada pelo órgão durante a operação apresenta dados que não fossem relevantes para as investigações.

Já o presidente da CPMI do INSS, senador Carlos Viana (Podemos-MG), comentou que o colegiado atua dentro dos limites constitucionais e do Regimento do Parlamento.

Gonet reage a Mendonça

O procurador-geral da República, Paulo Gonet, reagiu, ontem, às críticas do ministro André Mendonça, do Supremo Tribunal Federal (STF), e defendeu a atuação do órgão na análise de pedidos feitos pela Polícia Federal na investigação sobre o Banco Master. Gonet afirmou que a manifestação do Ministério Público em casos criminais não pode ser tratada como uma “formalidade vazia de importância”.

Mendonça havia criticado o posicionamento da PGR, que sustentou não haver urgência comprovada para justificar uma análise célere da terceira fase da operação — que levou à prisão o dono do banco, Daniel Vercaro — e solicitou mais prazo para se manifestar. O ministro classificou a posição como uma “demora perigosa”.

De acordo com Gonet, as representações analisadas pela PGR no caso possuíam grande volume de informações. Ele afirmou que cada petição apresentada pela Polícia Federal com as “revelações” da investigação tinha mais de 700 páginas.

O procurador-geral ressaltou ainda que as representações precisam ser analisadas em conjunto com os demais elementos do inquérito. “Os fatos — mesmo os mais graves — não podem deixar, por exemplo, de ser situados no tempo, até mesmo para que os pressupostos das medidas requeridas sejam avaliados em boa técnica”, escreveu.

50 ANOS DE

CONFIANÇA



VISITE O DECORADO

2 E 3 QUARTOS EM ÁGUAS CLARAS

Oceania Residence
Rua Copaiba
PRONTO PARA MORAR

2 E 3 quartos

62 a 84 m²
Até 2 vagas de garagem

Vantagens

11.900 m² de jardins e lazer
Piscina com borda infinita

LAZER COMPLETO



SELO
PREFEITURA DE
ÁGUAS CLARAS
3326.2222
www.paulooctavio.com.br

CORRETORES DE
PLANTÃO NO LOCAL
ÁGUAS CLARAS
Rua 33 Sul Lote 7

VISITE NOSSAS CENTRAIS DE VENDAS

208/209 NORTE
Eixinho, ao lado do McDonald's

NOROESTE
CLNW 2/3

GUARÁ II
Ql 23 Lote 5

SMAS
Trecho 3, Lote 7

PaulOOctavio

CUT700